



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

MAR-ABR/20 | Nº 403 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

ENTREVISTA

Janio de Freitas

“O JORNALISMO ESTÁ EM ESTADO DE COMA”

MP 905

**Continua a luta
pelo registro
profissional
obrigatório**

VIOLÊNCIA

**Aumenta
o número
de ataques
à categoria**

BOLSONARO

**Agressões
inaceitáveis
contra mulheres
jornalistas**

FOTOJORNALISMO

**Imagens
marcantes
na mostra
da Arfoc-SP**

EDITORIAL

Um serviço de utilidade pública

Como não ocorria desde a ditadura militar, o exercício do jornalismo no Brasil se vê afetado, cotidianamente, pelos atos e declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro. Inimigo dos fatos e das notícias, age de forma sistemática para jogar no descrédito a atividade da imprensa, dando sequência a partir do Palácio do Planalto à produção industrial de *fake news* que desenvolveu com sucesso na campanha eleitoral de 2018.

Em suas tristemente famosas *lives*, no cercadinho do Palácio do Alvorada ou em outras ocasiões, a ação do presidente avança com assustadora frequência para a agressão direta a jornalistas, sempre que se vê contrariado pela divulgação de qualquer notícia, análise ou crítica.

Seus ataques à imprensa romperam todos os limites nas falas misóginas relativas à repórter Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, retomadas dias depois contra Vera Magalhães, de *O Estado de S. Paulo*. Desta feita, Bolsonaro deu vazão a seu preconceito arraigado contra as mulheres (e de forma particularmente baixa), a sua atrasada e autoritária visão de mundo, para tentar desacreditar matérias realizadas pelas duas profissionais.

No caso da primeira, o presidente busca desqualificar a brilhante reportagem que trouxe à luz a fraude presente no nascedouro de seu mandato – e, portanto, é uma denúncia permanente de sua ilegitimidade. Já em relação à jornalista do *Estadão*, tenta negar, inutilmente, sua ligação com o ato golpista convocado para 15 de março próximo – e, para Bolsonaro, tanto faz se fala mentiras em público sobre os dois episódios. Trata-se de uma gente para a qual o que vale é a “narrativa”, e não os fatos, que os jornalistas têm de buscar, o tempo todo, por dever de ofício.

Limite ultrapassado

Bolsonaro rompe um limite, nestes casos, pois descamba para falas injuriosas, visando humilhar e ofender as jornalistas, em atos passíveis de ações judiciais na esfera criminal. Ao mesmo tempo, surgem questionamentos de crime de responsabilidade por seu apoio a manifestações de rua contra os demais poderes.

A questão de fundo é que, a cada dia que passa, a permanência do governo Bolsonaro adiciona mazelas e sofrimentos à grande maioria da população, pela via do corte de direitos trabalhistas, pelo desmonte dos serviços públicos, pela redução das políticas sociais, por sua incompatibilidade com a cultura, a informação e os modos próprios da democracia. A tensão social se eleva, na defesa espontânea das condições de vida, e o nervosismo institucional se agrava. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) se soma aos movimentos sindicais e populares na rejeição a esta política, engrossando as manifestações públicas contra o governo Bolsonaro. Não vamos assistir

inertes à perda de direitos e garantias – como o nosso registro profissional –, à destruição de mecanismos centenários de cidadania – como o *Diário Oficial* –, ao retrocesso institucional e ao fortalecimento do autoritarismo. O jornalismo exige liberdade e democracia, e o papel do nosso Sindicato é reforçar sua defesa.

Cidadania livre, ativa e consciente

Neste momento de intensa bruma institucional e social, cresce a importância da atividade jornalística. Como afirma o jornalista Janio de Freitas, em entrevista nesta edição: “Considero o jornalismo um serviço de utilidade pública,

destinado a dotar a cidadania das informações e dos subsídios para que ela seja livre, ativa e consciente”. Esta descrito assim um pilar das sociedades democráticas contemporâneas. A entrevista com Janio, um dos principais nomes do jornalismo brasileiro hoje – e extremamente crítico a esse mesmo jornalismo –, levanta vários pontos de reflexão e debate sobre a missão e a realidade da atividade jornalística no Brasil, e nos chama para um exercício profissional criterioso e crítico.

Mas como manter o fazer jornalístico de qualidade com redações cada vez menores? Como preservar a independência necessária para o nosso trabalho em empresas subordinadas a ditames governamentais? Como defender a liberdade de expressão na sociedade se há jornalistas com sua própria liberdade de expressão cerceada por regras corporativas impostas internamente? São questões que só podem ser respondidas coletivamente, e que, por isso, são da alçada deste Sindicato – que só pode ser construído de verdade por

uma vontade coletiva da categoria. Nossa obsessão é fazer com que os jornalistas se apropriem de seu sindicato, filiando-se em primeiro lugar, e também participando de suas atividades, utilizando-se dele para organizar as atividades de seu interesse. Junte-se ao Sindicato. Vamos juntos avançar na defesa de nossa profissão e na construção de uma sociedade melhor.

Unidade em construção

Com seu novo projeto editorial e gráfico iniciado no último número, o *Unidade* apresenta mais mudanças. Vamos experimentar um papel jornal mais branco e com maior gramatura, buscando melhor qualidade gráfica. A ver... Na página 15, a coluna *Boletim* traz um roteiro das principais notícias sindicais do bimestre, dirigindo o leitor para a íntegra do que for de seu interesse diretamente no site do SJSP. A última página fica reservada para o *Traço Livre*, que estreia com Rafa Campos. Desenhista, escritor e roteirista, ele colaborou com publicações como *Piauí*, *Vice* e a *Ilustríssima* (caderno da *Folha de S. Paulo*) e é o autor dos quadrinhos *Deus, Essa Gostosa*.

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ORGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Diretor Adjunto Sérgio Kalili **Editor Contribuinte** Décio Trujillo **Jornalista** Adriana Franco **Edição de arte** Fábio Bosquê

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfour, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Impressão: Brasilgraf – Tiragem: 5.000 – Fone (11) 4777-1117.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lillian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Ana Flávia Marx

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Minadeo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, Érica Aragão, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes **Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant'Ana **Ribeirão Preto** Aurení Meneses **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caraméz

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annunziato, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** David Radessa, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Ratto, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira



sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

DESTAQUE

Entidades repudiam agressões misóginas de Bolsonaro

Categoria se solidariza com Patrícia Campos Mello após acusações e mentiras sexistas para desacreditar o jornalismo

Ofensas de baixo calão, próprias do submundo, parecem ter se tornado a nova arma favorita do Presidente da República contra a imprensa. Em seus frequentes ataques aos jornalistas profissionais (121 só em 2019, segundo o relatório da Federação Nacional dos Jornalistas) para tentar comprometer o trabalho de informação exercido pela imprensa sobre os atos de seu governo, Jair Bolsonaro passou a lançar mão de ofensas abjetas e repugnantes de cunho sexual.

Os ataques machistas são feitos sob medida para dar munição à claque bolsonarista. O trocadilho aparentemente infantil com a palavra “furo”, com o objetivo de difamar e atacar a honra de jornalistas, pode ser qualificado como injúria, passível de responsabilização criminal.

Em 18 de fevereiro, a agressão misógina de Jair Bolsonaro foi dirigido à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*. Antes, o bolsonarismo já tinha se mobilizado para atacá-la após o depoimento mentiroso de Hans River do Nascimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fakes News, no Congresso Nacional.

Nossa categoria reagiu, mostrando a sua indignação. Um manifesto que recebeu a assinatura de mais de 2.500 mulheres jornalistas expressa repúdio aos “ataques sórdidos e mentirosos (...) Nós, jornalistas e mulheres de diferentes veículos, repudiamos com veemência este ataque que

não é só a Patrícia Campos Mello, mas a todas as mulheres e ao nosso direito de trabalhar e informar. Não vamos admitir que se tente calar vozes femininas disseminando mentiras e propagando antigos e odiosos estigmas de cunho machista.”

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo manifestou todo o seu apoio a Patrícia e se colocou, novamente, à disposição, para todas as providências legais cabíveis (veja nota completa: <http://bit.ly/2P5irUx>).

Às vésperas do fechamento desta edição, Jair Bolsonaro recorreu novamente ao mesmo recurso baixo para agredir, dessa vez, a jornalista Vera Magalhães, de *O Estado de S. Paulo*. O presidente a acusa de mentir em matéria que revelou o uso de sua conta pessoal no whatsapp para convocar os atos contra o Congresso Nacional em 15 de março (informação que desencadeou um novo estágio da crise política). Desde a publicação, Vera tem sido alvo de ameaças e ataques por parte do bolsonarismo.

O Sindicato e a Fenaj iniciaram conversas, também, com outras entidades de defesa da democracia e da liberdade de imprensa no Brasil para debater ações conjuntas que possam ser tomadas com o objetivo de estancar esses ataques covardes e punir o seu autor.

Como bem coloca a Federação, “os ataques a jornalistas e à imprensa são mais

uma expressão do avanço de ideias e práticas totalitárias”. Em especial, os insultos dirigidos às jornalistas Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães, que utilizam a sordidez e a misoginia características do grupo presidencial, têm o objetivo claro de desacreditar as informações trazidas a público por seus trabalhos jornalísticos.

No caso de Patrícia, cabe lembrar, suas reportagens de outubro de 2018 mostraram que a campanha do então candidato do PSL havia feito uso de mecanismos de fraude e manipulação para adulterar o curso das eleições presidenciais. A jornalista realizou um trabalho impecável, que trouxe a público elementos de contestação da legitimidade da eleição de Bolsonaro. Com seus pés de barro, o mandatário não suportava conviver com a atividade de imprensa. E, a cada dia, suas atitudes corroboram, por si só, a inadequação de sua presença na chefia do Poder Executivo do país.

No mês da mulher, defender as jornalistas é lutar pelo fim deste governo

A partir da informação de que o presidente compartilhou a convocação para os atos contra o Congresso e o STF, as manifestações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, passaram a incorporar, em todo o país, a defesa da democracia. Assim, o dia 8 figura em um calendário de ações unitárias em março entre a CUT e as demais centrais sindicais, a Frente Brasil

O TROCADILHO COM A PALAVRA “FURO”, PARA DESQUALIFICAR JORNALISTAS MULHERES, PODE SER CONSIDERADO INJÚRIA, PASSÍVEL DE AÇÃO CRIMINAL

Popular e a Frente Povo Sem Medo, que vão defender a democracia, a soberania e os direitos do povo brasileiro.

A agenda unitária pela democracia incluiu o 14 de março, quando se completam 2 anos do assassinato de Marielle, e o dia 18, quando ocorre a greve nacional da Educação e o dia de luta pelos serviços públicos.

Defender a democracia, para nós, significa lutar pela garantia da liberdade de imprensa, vilipendiada a cada vez que um colega nosso sofre violência, ameaça, cerceamento ou, nesse caso, acusações mentirosas vindas do mais alto cargo político no país, com viralização instantânea de seus apoiadores nas redes sociais.

A partir dos ataques sexistas da família Bolsonaro a Patrícia Campos Mello, as mulheres da nossa categoria passaram a se deparar com vídeos e memes relacionando a apuração de matérias jornalísticas e a produção de notícias em troca de sexo. Assim, “toda uma categoria profissional é atingida pela violência de gênero”, como afirma a nota da Comissão de Mulheres da Fenaj.

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo tem orgulho em registrar que nossa categoria é majoritariamente feminina. Convidamos todos os jornalistas profissionais, as mulheres em especial, a participar das mobilização do dia 8 e ao longo do mês de março contra a violência de gênero e em defesa da democracia. ■



CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO: sindicalizacao@sjspp.org.br ou (11) 3217-6299

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO

com TETOS de
R\$ 38 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

PROFISSÃO

JORNALISMO SOB ATAQUE

RELATÓRIO DA FENAJ MOSTRA AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS. BOLSONARO É O MAIOR AGRESSOR. SÃO PAULO É O ESTADO COM MAIS AGRESSÕES.

por Adriana Franco

O presidente da República, Jair Bolsonaro, foi isoladamente o maior autor de agressões contra jornalistas e veículos de comunicação em 2019. Em seu primeiro ano de mandato, realizou 121 ataques, que responderam por 58% das 208 agressões registradas em todo o ano passado pelo relatório “Violência contra os jornalistas e a liberdade de imprensa no Brasil”, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O número total de casos de violência contra jornalistas, em 2019, foi 54% maior do que no ano anterior (135 ocorrências).

Das 144 agressões verbais realizadas pelo presidente da República e outros políticos, 114 foram classificadas como “descredibilização da imprensa”. Outros 30 casos foram agressões verbais diretas a profissionais determinados. A “descredibilização” consta no relatório pela primeira vez em 2019, e essa categoria foi criada em razão dos ataques genéricos que Bolsonaro faz constantemente a veículos de comunicação e a jornalistas, com o objetivo de desacreditar o jornalismo.

No relatório, após o registro dos 114 ataques de Bolsonaro (“descredibilização da imprensa”), aparecem as ameaças e intimidações a profissionais, com 28 ocorrências (13,5%), e as agressões verbais, com 20 casos (9,6%). Foram registrados 15 casos de agressões físicas (7,2%) em 2019. No ano passado, houve o assassinato de dois jornalistas no Estado do Rio de Janeiro, em Maricá: Robson Giorno, em maio, e Romário da Silva Barros, em junho. A região conta com grande presença do crime organizado, e há evidências de que a morte deles está ligada ao exercício profissional.



REPRODUÇÃO

No país, o Sudeste é a região em que houve mais casos de violência direta a jornalistas, totalizando 44 ocorrências. E São Paulo é o Estado mais violento do país, com 19 casos registrados (20,2% do total). Por seu caráter genérico, as agressões verbais do presidente não foram classificadas por localidade (veja os dados no quadro ao lado). A íntegra do relatório pode ser vista no site do Sindicato (www.sjsp.org.br) ou da Fenaj (www.fenaj.org.br).

Tiro no joelho

Daniel Arroyo, repórter-fotográfico da *Ponte Jornalismo*, em São Paulo, foi vítima de agressão física de autoria da Polícia Militar. Ele foi atingido por um tiro de bala de borracha no joelho enquanto cobria uma manifestação do Movimento Passe Livre (MPL), em janeiro de 2019. No mesmo ato, outros seis jornalistas foram feridos. Esta não foi a única violência que

o profissional sofreu em 2019. Em dezembro, foi intimidado por policiais militares enquanto cobria uma manifestação na favela de Paraisópolis, em protesto contra o assassinato de nove jovens durante a repressão policial a um baile funk.

As agressões sofridas por Daniel foram distintas, mas o agressor era o mesmo: a PM. Ele observa que a polícia costuma agir de duas maneiras. A primeira é direcionada a quem estiver próximo das ocorrências, especialmente se os policiais não quiserem testemunhas. “Se estiver havendo repressão, quem passar ali vai sofrer”, afirma. Como fotógrafo, ele se sente atingido com isso, pois precisa permanecer junto aos manifestantes e ao centro dos acontecimentos. “Eu tomei o tiro de bala de borracha por inconsequência do policial. Ele mirou no manifestante, mas errou e acertou a minha perna. Arrebentou o meu joelho”, relatou.

O repórter Wallace Lara, da Rede Globo, e os profissionais da equipe são hostilizados por integrantes de grupo católico, no local marcado para a entrevista

A segunda maneira, segundo Daniel, é voltada aos jornalistas que registram a ação policial. “É aquela coisa de o cara saber que foi filmado ou fotografado e, de alguma forma, tentar fazer com que aquela imagem não seja publicada. Foi o que aconteceu comigo em Paraisópolis”, apontou.

Em relação à agressão física, Daniel Arroyo ingressou com um processo contra o Estado, e apresentou como prova os materiais que colheu durante a própria cobertura: fotos e vídeos, que integraram a matéria que publicou sobre o fato. O processo ainda não foi a julgamento. O fotojornalista aguarda o desenrolar do processo e declarou que, com a ação judicial, espera fazer o policial pensar duas vezes antes de atacar alguém.

Estilhaço de bomba

Ana Rosa Carrara é uma das jornalistas vítimas de violência física no exercício profissional. Ela estava na mesma manifestação, em janeiro, na qual Daniel foi ferido. Com outros profissionais, ela foi atingida por estilhaços de bomba. No mesmo dia, ela também sofreu intimidação por parte dos policiais. Na época, trabalhava para a *Rádio Brasil Atual*. Para captar os sons para a reportagem, ela se colocou perto da manifestação.

“Eu estava bem próxima dos manifestantes sentados, quando começaram a direcionar bombas de efeito moral para esse grupo.

É onde boa parte dos jornalistas estava. Atingiu bastante gente, porque jogaram muitas bombas”, relatou. Segundo a jornalista, sua calça jeans grossa impediu que o ferimento fosse mais grave. Da violência, restou uma queimadura de pouca gravidade, tratada com a pomada recomendada pelos médicos que a atenderam no pronto socorro após a manifestação.

Ana Rosa conta que, no mesmo dia, já havia sofrido outro tipo de violência. No início da manifestação, a polícia estava selecionando manifestantes e os retirava do local. Os manifestantes eram levados para fora do ato e, depois, não eram mais vistos. Sem entender para onde estavam sendo levados, Ana Rosa e duas repórteres dos *Jornalistas Livres* foram verificar com o comandante da operação. “Éramos três mulheres: ‘Por gentileza, você pode nos dizer o que está acontecendo? Por que as pessoas estão sendo averiguadas?’ Nesse momento, um comandante sem identificação pede para a gente passar o cerco da polícia para dentro, e, quando a gente passa, ele fala: ‘Mão na cabeça’, como se fosse dar voz de prisão para a gente”, disse. As três se identificaram como jornalistas, mostrando crachás e equipamentos de imprensa. A ação policial, porém, só teve fim quando uma das profissionais informou que estava ocorrendo uma transmissão ao vivo. O policial então recuou na tentativa de intimidação e determinou que elas retornassem para a manifestação.

Ação sindical

Além de relatarem as agressões sofridas para o Sindicato dos Jornalistas, tanto Ana Rosa Carrara como Daniel Arroyo inseriram os relatos das violências sofridas nas reportagens sobre a manifestação. “O que eu achei mais eficaz foi colocar o fato na matéria que eu estava produzindo naquele dia, para que a sociedade pudessem saber como é a realidade do trabalho dos jornalistas na manifestação, que são reprimidos e como é a repressão, pois há manifestação nas quais isso não ocorre”, disse Ana Rosa.

O Sindicato acompanhou o caso de Ana Rosa. Este trabalho é feito constantemente por meio de plantões contra a violência, que acontecem em datas de manifestações nas quais se avalia que haja risco para os profissionais. Diretores do Sindicato também vão pessoalmente nos atos para distribuir o guia “Violência em Manifestações” e prestar ajuda e atendimento a jornalistas. A cartilha, disponível no site do SJSP, dá informações sobre as medidas a tomar antes e durante as coberturas, além de orientar o que os profissionais devem fazer em caso de violência.

Para discutir uma estratégia nacional de combate à violência a jornalistas, o Sindicato se reuniu em novembro de 2019 com o Conselho Nacional do Ministério Público Federal e outras organizações. Em São Paulo, o Ministério Público Estadual

tem uma atuação dedicada ao tema por meio da seção de Direitos Humanos. Entre os pontos primordiais da ação sindical do SJSP, está garantir o respeito ao exercício do jornalismo em qualquer situação. Por isso, os jornalistas têm que ter preservada a sua livre movimentação em segurança no local dos acontecimentos, o que exige o respeito à sua atuação por parte de policiais e também de organizadores e manifestantes.

Novos casos

Após o fechamento e a divulgação do relatório, a Fenaj e o Sindicato receberam formalmente a denúncia de mais um episódio de agressão ocorrido em 2019, e, como pode haver outros, decidiu-se fazer um anexo ao relatório para incluí-los. A decisão é também uma forma de incentivar os jornalistas a registrar as ocorrências de agressão, mesmo com atraso.

DE 208 AGRESSÕES REGISTRADAS EM 2019, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FOI RESPONSÁVEL POR 121, O EQUIVALENTE A 58%

O caso em questão envolve o jornalista Wallace Lara, da *Rede Globo*, e outros três profissionais de sua equipe. Eles foram vítimas de agressão verbal e intimidação por parte do grupo católico Arautos do Evangelho, em outubro de 2019, enquanto cumpriam uma pauta para o programa “Fantástico”. A equipe foi surpreendida por seguidores hostis no local marcado para gravar as posições da organização religiosa a respeito de acusações contra ela. O grupo, de algumas dezenas de pessoas, submeteu a equipe jornalística a constrangimento físico e moral, obrigando os profissionais a saírem do local às pressas, sob forte ameaça de violência física.

A reportagem levada ao ar pela emissora denunciou as agressões sofridas pela equipe. O Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo colocou-se à disposição dos jornalistas para denunciar a agressão e tomar as medidas legais cabíveis ao caso. ■

VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL

Um relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (2019)

O retrato da violência

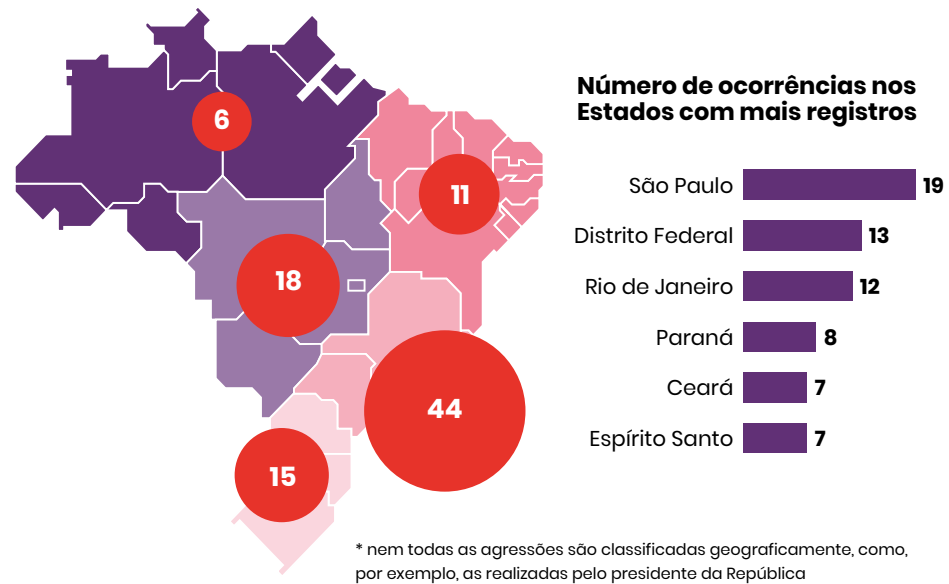
Classificação por tipo de agressão (Em número de casos)



O presidente da República, **Jair Bolsonaro**, é o autor de todos os **114 ataques** de descrédibilização da imprensa, tornando-se a principal fonte de agressão à categoria, em âmbito nacional, durante o primeiro ano de seu mandato

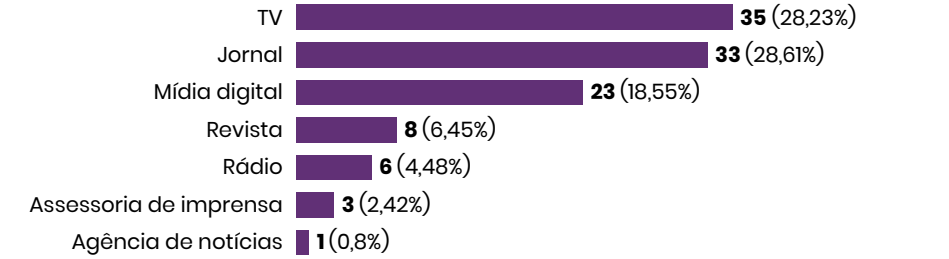
Sudeste é a região mais violenta

Número de ocorrências por região do Brasil* (Em número de casos)



Equipes de TV são as principais vítimas

Classificação das agressões por veículo do jornalista agredido (Em número de casos)



Homens são mais agredidos

Número de casos por sexo do jornalista agredido (Em número de casos)



SINDICAL



ADRIANA FRANCO

Em novembro de 2019, a categoria aprovou em assembleia a mobilização pela rejeição integral da Medida Provisória



Veja o placar com a posição dos parlamentares

<http://bit.ly/32yPWE4>

MP 905: continua a luta pela manutenção do registro

O relatório final da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa a Medida Provisória 905/2019 – que institui a Carteira Verde e Amarela (retirando direitos trabalhistas dos jovens) e extingue o registro profissional dos jornalistas (o chamado MTb) e de outras profissões – determinou a volta do registro. A decisão foi resultado da pressão organizada nacionalmente pela categoria, com atos, protestos e pressão direta sobre parlamentares.

O texto apresentado pelo relator Christino Áureo (PP-RJ), porém, flexibiliza a obrigatoriedade do registro, ao propor que “a ausência de registro não impede o livre exercício das profissões, na forma da legislação em vigor e do dispositivo do inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal”. Desta maneira, a redação torna possível o exercício profissional sem o registro. Para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), o fim da obrigatoriedade do registro precariza a profissão e as condições em que o jornalismo é exercido. Além disso, o texto ainda legisla sobre o registro profissional, introduzindo mudanças que não saíram de debates da categoria (veja no box trechos do texto legal proposto que mudam as regras de registro). Os jornalistas têm posição consolidada de que regulamentação profissional não é tema para MP, mas sim para projeto de lei que garanta um amplo e democrático debate.

Pelo trâmite legislativo, depois que o relatório final for votado na Comissão Mista, o texto do relator deve ser levado ao plenário da Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado, vai, em seguida, para o Senado Federal. A medida provisória 905 tem o prazo máximo de aprovação ou rejeição em 9 de abril próximo. Se não for aprovada pelo Parlamento até lá, a Medida Provisória perde a validade. Caso isso aconteça, a emissão do registro profissional volta a ser

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO DETERMINA A VOLTA DO REGISTRO, MAS FLEXIBILIZA A SUA OBRIGATORIEDADE PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL. ALÉM DISSO, LEGISLA SOBRE O ASSUNTO, SEM DEBATE COM A CATEGORIA

feito como antes da publicação da medida provisória, e os efeitos jurídicos gerados durante a sua vigência serão resolvidos por decreto legislativo a ser editado pelos parlamentares.

Luta por direitos

Enquanto a MP 905 continua em vigor, prossegue a luta pela garantia dos direitos trabalhistas, pela derrubada integral da MP e pela manutenção do registro profissional. Para tanto, o Sindicato dos Jornalistas realiza, por meio de um grupo de trabalho específico formado na assembleia contra a MP, em novembro de 2019, para organizar o contato, a discussão e a pressão sobre deputados e senadores por São Paulo a favor da derrubada da medida. O diálogo com os parlamentares visa informar sobre os malefícios da MP, e pede que o texto seja rejeitado integralmente. A posição dos parlamentares é divulgada por meio de um placar no site do Sindicato (acesse.org).

QR Code acima e veja o placar de votação).

Além de pressionar os parlamentares da Câmara e do Senado Federal, ações específicas das Regionais do SJSP têm mobilizado políticos locais pedindo apoio na rejeição da proposta em nível federal. Em Santos e em Campinas, moções para rejeitar a medida foram aprovadas nas Câmaras Municipais, em fevereiro, com o apoio de vereadores dos mais diversos partidos, e serão encaminhadas à Câmara e ao Senado. Dessa maneira, o Sindicato aumenta a pressão para que a proposta seja integralmente rejeitada.

Ainda em Santos, estudantes de jornalismo e o Diretório Acadêmico William Tavares da Faculdade Unisantia se engajaram na ação de advocacy contra a medida e têm divulgado a carta modelo e os contatos dos parlamentares disponibilizados pelo Sindicato, solicitando que os estudantes façam parte da mobilização como forma de aumentar o movimento organizado pela rejeição, em defesa do registro profissional do jornalista.

Posição da Fenaj

Em fevereiro, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) participou da audiência pública que debateu o tema no Congresso Nacional. Representada pelo diretor Antonio Paulo dos Santos, a Fenaj destacou que a Medida Provisória significa menos direitos, pois a Carteira Verde e Amarela é a exclusão da justiça e dos direitos do trabalho. Além disso, a Federação frisou que a medida, assim como a reforma trabalhista aprovada em 2017, vem com a promessa não cumprida de gerar mais empregos, como se a garantia de direitos fosse oposta à existência de empregos. Para a Fenaj, a MP é inconstitucional, pois os requisitos de urgência e relevância não existem, bem como não foram apresentados os estudos de impactos orçamentário e financeiro das medidas propostas.

“A MP busca a total desregulamentação das profissões. Uma década depois da derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do diploma de nível superior específico como critério de acesso à profissão de jornalista, a MP 905 é mais um passo para a precarização do exercício da profissão – uma atividade de natureza social ligada aos direitos humanos. Na prática, sem qualquer tipo de registro de categoria, o Estado brasileiro passa a permitir de maneira irresponsável o exercício da

profissão por pessoas não habilitadas e não qualificadas, pondo em risco toda a sociedade. Exemplos claros são a produção das tais fakenews, a disseminação de desinformação que levam, por exemplo, pais e mães a deixarem seus filhos sem tomar vacinas para determinadas doenças”, declarou o jornalista Antonio Paulo dos Santos, representando a Fenaj na audiência. Ele acrescentou: “As diversas categorias atingidas dialogam com deputados e senadores para que o Congresso Nacional derrube por completo essa Medida Provisória e, na impossibilidade, retire o dispositivo que ataca as profissões e reestabeleça a obrigatoriedade de registro nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego que vinha sendo feito desde 2009, no caso dos jornalistas, o único critério legal de acesso a essas profissões”.

Em avaliação do relatório da Comissão Mista, a Fenaj considerou que a volta do registro profissional foi uma vitória da categoria, mas lembra que a MP ainda traz malefícios ao conjunto dos trabalhadores, incluindo os próprios jornalistas. “O relatório, mesmo com modificações, mantém muitas medidas que precarizam as relações de trabalho. Consideramos que a melhor alternativa é a MP ser derrubada”, declarou a presidenta da Fenaj, Maria José Braga.

TRECHOS DO RELATÓRIO SOBRE O REGISTRO

“Art. 12-B. Os registros profissionais previstos nesta Consolidação ou em legislação esparsa serão realizados prioritariamente pelos respectivos conselhos profissionais, caso existentes, pelos respectivos sindicatos laborais da categoria ou, excepcionalmente, por meio de sistema eletrônico do Ministério da Economia. (...)”

§ 3º A ausência de registro não impede o livre exercício das profissões, na forma da legislação em vigor e do disposto no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal.”

ENTREVISTA Janio de Freitas

“EU NÃO SEI
O QUE ESTÁ
EM MAIOR
ESTADO DE
CONFUSÃO,
SE O
GOVERNO
BOLSONARO
OU SE A
IMPREENSA”

ADRIANA FRANCO

A

os 88 anos, Janio de Freitas mantém a vitalidade. Dirige seu carro pelas ruas do Rio de Janeiro, acompanha por dentro tudo o que acontece no país e mantém a sua coluna na *Folha de S.Paulo*. Hoje, apenas semanalmente, aos domingos, e não por sua vontade. Crítico do governo Bolsonaro e do comportamento da imprensa nos últimos anos, vê relação de causa e consequência entre ambos. “Se abrissem o jogo sobre quem era o Bolsonaro no começo, ele não teria conseguido sobreviver. A história dele o eliminaria”, diz, sobre a atuação dos grandes veículos de comunicação.

A carreira de Janio se confunde com a história do jornalismo brasileiro moderno. Desde que entrou numa redação pela primeira vez, em 1953, viveu por dentro a evolução e a estagnação do jornalismo brasileiro, assim como testemunhou todos os capítulos vividos pela nação.

Foi responsável pela reconstrução de três jornais. A mais importante, posta em prática em 1959, quando tinha 27 anos, foi a do *Jornal do Brasil*, considerada por muitos como a mais inovadora iniciativa na história da imprensa nacional.

Desde 1980 está na *Folha*, onde, em 1987, protagonizou um episódio emblemático do jornalismo brasileiro. Com os resultados fabricados da licitação da Ferrovia Norte-Sul em mãos, um negócio avaliado em 2,4 bilhões de dólares, publicou antecipadamente os nomes dos vencedores de forma cifrada nos classificados do jornal. Desmascarou a fraude no dia seguinte à publicação do resultado da concorrência, provocando grande impacto político.

Um dos principais jornalistas brasileiros em atividade, Janio não poupa empresas nem profissionais ao criticar o jornalismo atual. “Defender sinceramente a democracia, pelo que achamos essencial, não convém, porque contraria a associação de interesses do grande empresariado”, afirma, sobre os grandes veículos. “A minha sensação é de que a maioria dos jornalistas não pensa mais sobre jornal e jornalismo”, diz, sobre os profissionais.

Janio conversou durante três horas, no Rio de Janeiro, em **15 de janeiro de 2020**, com os jornalistas **Adriana Franco**, **Décio Trujilo**, **Mário Magalhães**, **Norian Segatto** e **Paulo Zocchi**. Também respondeu perguntas enviadas por **Maria Inês Nassif** e **Juca Kfourí**, do Conselho Editorial do *Unidade*. Leia a seguir os pontos mais importantes da entrevista (*a versão completa está no site do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo*).

ENTREVISTA

“A LAVA-JATO É UM CASO ESCANDALOSO. VINHA PRONTA E ERA PASSADA PARA O LEITOR SEM UM MÍNIMO DE EXERCÍCIO JORNALÍSTICO DE VERIFICAÇÃO.”

Paulo Zocchi Que avaliação você faz do jornalismo nesse momento de governo Bolsonaro?

A imprensa está tão confusa, tão incapaz de saber o que é, que eu não sei o que está em maior estado de confusão, se o governo Bolsonaro ou se a imprensa. Ela permite que as suas características de linguagem se alterem a ponto de a gente ver adjetivos dirigidos a Bolsonaro de um peso que nunca se tinha visto, na imprensa brasileira, dirigidos a um governante. Coisas abjetas. Se ela permite isso, reconhece explicitamente, inclusive em seus editoriais, que o país está regredindo, mas combina essa atitude com a tolerância ao governo.

Décio Trujillo O preço a pagar pela pauta econômica é tolerar barbaridades em outras áreas?

Possivelmente. Mas não precisariam pagar esse preço. O governo Lula mostrou isso. Eles eram contrários ao Lula, mas o toleraram sem precisar ceder. Não é necessário tolerar desaforos e maluquices para ter um resultado que, ao final, não é tão bom. Pelo contrário. Em novembro, a imprensa explodiu essa coisa de retomada. Agora publica discretamente que a indústria caiu de novo. Outra vez o petróleo segurando. É uma política econômica desarticulada.

Mário Magalhães Qual é a responsabilidade da imprensa na eleição do Bolsonaro?

Imensa. Do apoio à Lava Jato contra o PT até a prisão do Lula foi uma participação tão efetiva quanto a mais efetiva das outras participações. Rádio, tevê e jornais foram muito importantes, e vão ser de novo. Não está na hora de examinar a candidatura Huck? Só sai coisa favorável. Quem é, o que pensa, de onde vem essa mania de ser candidato à presidência? E por que o apoio do Fernando Henrique, que já escreveu coisas favoráveis e até agora não disse porque o Luciano Huck deva ser presidente. O que justifica a candidatura? Isso não saiu em nenhum jornal. Foi o caso do próprio Bolsonaro. Se abrissem o jogo sobre quem era o Bolsonaro no começo, ele não teria conseguido sobreviver. A história dele o eliminaria.

Maria Inês Nassif* Como você analisa os grandes meios de comunicação hoje? Vê semelhança com a mídia pré-golpe de 1964?

Semelhanças e diferenças. Semelhanças, sobretudo de um tempo para cá, quando foi abandonada a ilusão de se fazer um jornalismo independente de conexões políticas. Neste sentido, voltou-se ao pré-1964, em que os jornais tinham cada qual a sua linha partidária quase declarada. Essa deformação começou a voltar no governo de Fernando Henrique: os jornais ficaram num “fernandismo” que os deformou; baixou um complexo de *Gazeta Mercantil*,



Janio de Freitas concede a entrevista à equipe do Unidade, em 15 de janeiro de 2020

com manchetes econômicas em linguagem tecnocrata, e disso os jornais não se livraram mais. Mas também há, e chega a ser engraçado, um esforço para fingir que não é assim. Isso não havia no pré-64.

Mário Magalhães Quando você cita Fernando Henrique se refere a isso?

O governo Fernando Henrique e a fase subsequente. O noticiário ficou muito comprometido. A Lava-Jato é um caso escandaloso. Nem ao menos houve habilidade ou interesse em não caracterizar como uma coisa que vinha pronta e era engolida, passada para o leitor sem um mínimo de exercício jornalístico de verificação. Como vinha, ia. Soltava aquelas bombas e pá!, manchete. Nenhum jornal exigiu das suas equipes, pelo contrário, que houvesse um mínimo de seriedade na consideração no exame dessas informações, desses chamados vazamentos.

Décio Trujillo E isso aparece a partir do governo FHC?

O governo Fernando Henrique gozou de uma proteção que exigia omissões, sonegações e olhos fechados para coisas graves, como a compra da fazenda com o Sérgio Mota. Ali havia coisas incríveis: o valor era falso, a origem do investimento não era explicada. Ou o caso Sivam [sistema de vigilância da Amazônia], que foi motivo de queixas dele a meu trabalho. Ele chegou a dizer que foi entregue à Raytheon (empresa norte-americana beneficiada) porque o [então presidente Bill] Clinton pediu. Se isso não é manchete em todos os jornais, se não dá inquérito, se não justifica consideração de impeachment...

Norian Segatto Na Operação Lava-Jato, houve preguiça dos jornalistas ou deliberação?

A obstinação para desgastar o PT, a possibilidade de Lula na eleição, leva-

ram à tentação de não perder tempo em verificar nada, parar para pensar no que estava acontecendo, de onde é que vinha aquilo. Nenhum fato apurado, nenhuma comprovação. A queda nessa tentação caracterizou a relação da imprensa com a Lava-Jato. Não foi jornalismo, foi política e veio de longe, como deformação progressiva desde o governo Fernando Henrique. Vão dizer que é o petismo do Janio, mas nunca fui de partido nenhum. E ainda que fosse, é óbvio que o tratamento do impeachment seguiu o modelo Lava-Jato. Tratava-se de aproveitar a oportunidade de tirar a Dilma, que era tirar a base que serviria à candidatura Lula.

Paulo Zocchi E como isso prosseguiu após FHC?

Tem uma coisa interessante: os “fernandistas”, que foram anti-Lula na campanha e nas preliminares do governo, mas que traduziram sua surpresa em propaganda pró-Lula. Foram um fator importante para a reeleição do Lula. Depois, retornam, apesar do êxito do Lula reconhecido por eles, que os surpreendeu e empolgou. Basta ver o nível de investimento privado no Brasil. Investidor brasileiro gosta de investir na bolsa. Investir em indústria faz o cara ter que trabalhar, o que não é próprio do empresário brasileiro. No governo Lula teve crescimento industrial. Mas, apesar disso e da satisfação do capital que o governo Lula gerou, eles se põem repentinamente contra o PT, Dilma e Lula. Já na disputa da Dilma, foi nítida a mudança de posição da chamada burguesia.

Norian Segatto Teve uma mudança de posição ou só se explicitou uma questão de classe?

Posição ideológica é sempre relativa, porque se tilintarem algumas moedas, a ideologia afrouxa, abre um pouco as pernas. A ideologia continua a mesma. Mas

subitamente – e não se estudou o que foi que aconteceu – há uma reversão de posição e voltam a ficar hostis ao Lula, ao PT e à Dilma. Por quê? Alguma força induziu a isso? Se houve, foi nacional, foi só nacional? A meu ver, não. Se você citar na história da América Latina, desde meados do século XIX, algum episódio político importante que não tenha alguma presença de interesse americano... se descobrir algum, me conta, porque episódio significativo, eu nunca encontrei nenhum. Mais explícito ou menos, descoberto logo, ou só muito depois. Já se defendeu que 1930 fugiu a essa regra, mas não muito: houve a recessão americana, o desastre da bolsa, o reflexo no café, e as jogadas dos Estados Unidos com relação ao café brasileiro. Não estar diretamente na origem não significa que não se fizessem presentes em alguma altura, e, depois, começam questões como na área de minérios.

Décio Trujillo Os grandes veículos colocam-se como defensores da democracia. Quanto eles realmente o são?

Por um lado, são de fato defensores da democracia, porque ela é importante para a vitalidade dos meios de comunicação. Sem uma dose respeitável de liberdade de expressão, a coisa se complica. Então, na medida do próprio interesse, de fato fazem uma defesa pelo medo da censura que possa alcançá-los. Mas defender sinceramente a democracia, pelo que nós achamos essencial, não convém, porque contraria a associação de interesses do grande empresariado, sistema financeiro, bolsa. Aí, a democracia não é conveniente. É uma situação complicada que exige, para ser mantida, um exercício do poder que não pode ser plenamente democrático, porque vai ferir interesses. O grande débito econômico-social não é do Estado, é do setor privado. Quando se fala no desequilíbrio, na desigualdade, é em relação ao lado privado. Para você corrigir, é aí que tem que mexer. Eles sabem disso, como todo mundo sabe, porque é óbvio.

Paulo Zocchi Somos um sindicato, e vemos nas redações um conflito. O jornalismo deve ser comprometido com o direito social à informação e o jornalista tem que ter autonomia. Mas ele trabalha numa empresa que tem poder de mando sobre o empregado. Como você vê isso?

O trabalho convencional de repórter, pescar notícias convencionais, não comporta, a meu ver, uma liberdade conceitual, opinativa, mas você tem também no trabalho de reportagem uma temática que exige sensibilidade, cultura, patrimônio informativo e histórico. Você enriquece o tema com a sua contribuição pessoal. Quando a gente vai para o comentarismo, a autonomia tem que ser absoluta. Isso sintetiza a visão que eu tenho do papel do jornalista. Considero o jornalismo um

Janio de Freitas

serviço de utilidade pública destinado a dotar a cidadania das informações e dos subsídios para que ela seja livre, ativa e consciente. Ser consciente e não ser ativo não adianta nada. Ser ativo sem ter uma consciência política consolidada e lúcida, também não. E essas duas coisas sem ser livre, menos ainda. Essa combinação faz a essência do jornalismo, e leva a gente a se perguntar o quanto ela de fato existe.

Norian Segatto Na sua coluna (“Uma espécie em extinção”, 12 de janeiro), você rebate a declaração de Bolsonaro sobre os jornalistas como raça em extinção. Em São Paulo, diminui o número de jornalistas contratados. O que está em crise, a relação de trabalho, o negócio jornalístico ou o jornalismo em sua função de ser um olhar crítico da sociedade?

A meu ver, nada disso. O que está em crise é o jornalista. A crise da imprensa é consequência de uma crise anterior, preliminar, que é a crise do jornalista. O jornalismo vinha de um marasmo quando, de repente, levou um susto com a internet. Aí, veio uma sucessão de erros, exatamente do jornalista, por completa ausência de pensamento crítico sobre a sua atividade. Um exemplo: a internet começa a divulgar notícias. O que fazem os jornalistas? Criam a oferta gratuita de noticiário. Se eu vivo de vender tomate, não posso distribuir tomate de graça. Os jornais começaram a criar páginas na internet antecipando o que sairia no dia seguinte. Como os jornalistas eram mais ou menos os mesmos, um imitava o outro. Se você lê o UOL, é uma imitação do que é a primeira página de um jornal, que por sua vez passou a imitar a linguagem da internet, o tamanho de notícia da internet, a temática da internet. Uma maluquice total.

Décio Trujillo Seria um tiro no pé...

Sim. O jornal fortaleceu o lado jornalístico da internet sem procurar uma solução diante desse novo objeto de informação. Já tinha enfrentado o rádio; depois, a televisão, uma tremenda de uma pedrada, e os jornais tiveram que se virar. O lide, dizem, nasceu para tornar o texto objetivo. Não. O lide foi uma solução muito criativa e bem bolada para criar um impacto informativo no jornalismo impresso correspondente ao impacto da notícia que o rádio estava oferecendo. Esse tipo de busca e de solução até hoje não foi praticado no jornalismo profissional em relação à internet. Recuam, recuam, vão perdendo, perdendo, estão hoje cada vez menos jornalísticos. A moça que no Carnaval mostra cílios e boné vendáveis dá uma página inteira na Folha. Você abre, bate naquilo e fica com vergonha. Eu sinto vergonha.

Décio Trujillo Anos atrás, caiu um avião em São Paulo. A cidade parou, o rádio deu, a televisão deu, a internet deu.

ARQUIVO PESSOAL



Capa do Jornal do Brasil de 2/6/1959, marcando sua inovadora reforma; à esq., em 1957, Janio entrevista o líder comunista Agildo Barata, na clandestinidade, na qual anuncia a ruptura com o PCB



CONSIDERO O JORNALISMO UM SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DESTINADO A DOTAR A CIDADANIA DAS INFORMAÇÕES E DOS SUBSÍDIOS PARA QUE ELA SEJA LIVRE, ATIVA E CONSCIENTE.”

No dia seguinte, a manchete dos jornais era “Avião cai em São Paulo”. Faz sentido pagar por um jornal que dá de manchete, sem avançar, uma notícia que estamos vendo há horas?

Há sempre o que apurar a mais em relação a um fato. Nenhum fato é fechado, nem circular. Um fato tem sempre uma origem aquém do círculo em que será percebido e uma consequência além do círculo em que está sendo percebido. É exigência do jornalismo diário ir procurar nessas duas possibilidades, além de outras que possa haver. Quem morreu nesse desastre? O que se perdeu de conhecimento? Você tem um monte de possibilidades.

Mário Magalhães O que houve nesse caso? Foi preguiça?

É isso que está acontecendo, não só nesse caso. Ocorre todos os dias. O jornalismo brasileiro está em estado de coma. De vez em quando alguém sacode, aí dá um vazamento e aproveita. Vem o Glenn e traz.

Mário Magalhães Após a vitória de Bolsonaro, você escreveu na Folha que o maior perigo era sobre a reação intimidada da imprensa. E disse que sempre que a imprensa não respondeu com altivez aos ataques autoritários, sua tibieza foi debitada na conta da liberdade. Ante Bolsonaro, você vê um jornalismo com altivez ou tibieza?

Tibieza. Porque não enfrentou. Ele espinafra jornalista, espinafra a Folha, espinafra a Globo, espinafra O Globo. Qual foi a reação até agora? Mais uma vez, o presidente faz uma crítica sem fundamento contra o espírito democrático e a imprensa [declaração de que “os jornalistas são uma espécie em extinção”]. Se a imprensa não for livre, a democracia desmorona. E é assim que se enfrenta um cara se portando como totalitário?

Mário Magalhães Como se enfrenta?

Respondendo à altura. Você sabe escrever e sabe pensar. Essa é uma atitude totalitária e inconstitucional, contra princípios de liberdade de imprensa e pensamento escritos na Constituição. Não são próprios de um presidente da República, e exigem uma atitude em defesa dos princípios da Constituição.

Norian Segatto Você acha que falta investigação da imprensa sobre os escândalos que rondam o governo?

O caso Marielle passou a sugerir possíveis relações complicadas da milícia com pernas e braços do poder, e aí eu tenho a impressão – impressão, só – que isso acabou determinando não apenas o comportamento da polícia, como o da imprensa. É um assunto complicado, começou a pintar Queiroz, que lembra Flávio, que lembra Bolsonaro. Ficou um assunto explosivo,

então é melhor não mexer. Mas não acho que isso tenha ocorrido por ordem de cima. O furo está no próprio jornalismo que se pratica hoje, um jornalismo relaxado, sem compromisso com o leitor. Zero compromisso para as coisas mais importantes, e muito para as corriqueiras.

Décio Trujillo Você passou pelas diversas fases do jornalismo e sempre fala da queda do critério, do rigor no trabalho. Isso se enfraqueceu?

Eu acho que acabou. Hoje um texto assinado por dois repórteres mostrava que nenhum dos dois sabe a diferença de “sob” e “sobre”. Não são únicos. Se nem esse tipo de coisa é corrigido, o que esperar de coisas mais complexas, como técnicas de reportagem e de entrevista, de edição, que é uma coisa sofisticada. Um jornal tem que ter uma boa edição para ser um bom jornal.

Mário Magalhães Você levantou três jornais. Como fez o trabalho?

Você tem de dar atenção às sofisticadas que um bom jornal exige na hora de editá-lo, e dispor de matéria-prima para essa sofisticação. As notícias têm lugar pré-determinado. Se prestar atenção, não é muito você que decide onde vai uma matéria, ela própria se predestina. Mas de repente você pega a primeira página – e hoje isso é comum – e a boa notícia está em uma coluna, lá embaixo. E a manchete é completamente idiota: não sei o quê de crédito tributário... Quantas pessoas são interessadas ou sabem o que é isso? Essa necessidade de estar atento à notícia depende do jornalista, da equipe que você monta. Redação não é ministério, não adianta encher de gente. Uma vez entrei numa redação em São Paulo e levei um susto. Parecia o Jornal do Brasil do tempo do Dines, que dava pra fazer quatro jornais por dia. Com tanta gente, você não forma equipe. Não há unidade conceitual.

Décio Trujillo E você praticou isso?

Sim. Foi assim que o Jornal do Brasil deu uma levatada incrível no jornalismo. Eu pensei em criar uma identidade, foi a mesma coisa que fiz no Correio, que fui buscar na Última Hora, que era cópia de um jornal peruano. E de repente, o que eu queria que fosse a identidade de um jornal, estava copiado no país inteiro. Houve até coisas engraçadas. Disseram ao João Calmon, que dirigia os Diários Associados, que o Wilson Figueiredo tinha feito o Jornal do Brasil. Aí ele convidou o Wilson para fazer um JB no O Jornal. Eu disse: “Pô, Wilson, primeiro é uma besteira você sair daqui. Você está num lugar tranquilo, ganha bem. Você vai para os Diários Associados? Paga mal, não paga, uma aporrinhão. E para fazer um Jornal do Brasil lá? Já está fazendo aqui”. Mas não, ele foi para imitar o Jornal do Brasil, e não deu certo.

ENTREVISTA

Janio de Freitas

Juca Kfoury* Você é a favor de uma frente ampla “até doer”, como diz o poeta pernambucano Marcelo Mario Mello, ou apenas de uma frente de esquerda? Se for pela frente ampla, FHC cabe nela?

Frente ampla não é viável. Se insistirem em criá-la, não dura 24 horas. O político brasileiro é primário. Uma frente ampla é um conjunto de interesses contraditórios. É difícil encontrar uma quantidade de políticos que compreenda que as concessões que faz agora vão ser compensadas na frente. É só olhar o Congresso. Hoje, eu sou favorável a uma frente de esquerda. Mas como de esquerda mesmo há tão pouco, então seria uma frente de partidos contrários ao bolsonarismo, não só insatisfeitos com um ponto aqui e outro ali. E, evidentemente, numa frente assim o Fernando Henrique não tem lugar, porque preferentemente a frente deve ser com pessoas de caráter.

Norian Segatto Que figura histórica faz falta à política em 2020?

O Brizola faz muita falta. O Arraes, o Montoro lá em São Paulo faz falta, Mário Covas faz muita falta em São Paulo, na Câmara e no PSDB. Se o Covas estivesse aqui, o PSDB não seria o patife ordinário que é hoje. Ou ele sairia, racharia, não sei.

Mário Magalhães Você acompanha o que dizem a seu respeito nas redes sociais?

Não. Nunca procurei ler, nem no Google, Janio de Freitas. Quando tomei consciência de que a variedade de caráter no jornalismo é muito grande – e de competência também –, passei a selecionar a minha leitura. Há colunistas que eu li uma vez, nunca mais. E até publicações inteiras. Quando a *Veja* deixou de fazer tentativas de jornalismo e passou a ser um instrumento político de uma linha que eu não respeito, não olhei mais, e nunca me fez falta. Por uma razão: você pega uma revista e absorve aquilo que leu. Se você trabalha com informação, haverá sempre muita informação cuja origem você não se lembra e que sai automaticamente da sua cabeça. Você não tem segurança sobre aquilo, mas você já sabe que há possibilidade de que não seja coisa séria, dado o autor, dada a publicação, então eu simplesmente fujo desse risco. E me beneficieei muito dessa fuga. Ela me poupou de muita besteira em que eu vi outras pessoas caírem. Por essa razão, não entrei nesse esquema de redes.

Décio Trujilo Os grandes veículos tinham em seu público quem não concordava com sua linha, mas confiava que o trabalho era feito com algum critério. Hoje, perdeu a confiança nesses veículos. Como se sai disso?

Voltando a exercer um pensamento crítico, que começa pelo que você está dizendo. A minha sensação é de que a



AS QUEDAS DE TIRAGEM SÃO UMA DECLARAÇÃO, UM BERRO DO LEITOR QUE AS DIREÇÕES E REDAÇÕES NÃO ESCUTAM, ESTÃO COM OS OUVIDOS OBTURADOS.”

maioria dos jornalistas não pensa mais sobre jornal e jornalismo. Se você não pensar sobre jornalismo, ele não vai mudar nunca, mas, se você pensar, vai verificar o que está errado e o que é preciso mudar. O leitor, simplesmente, não suporta. As quedas de tiragem são uma declaração, um berro do leitor que as direções dos jornais e as redações não escutam, estão com os ouvidos obturados. Se você está fazendo um jornal e ele continua caindo, está na cara que o modelo está errado. Não estão comprando mais porque não estão gostando. Logo, o modelo está errado. Mas continuam fazendo a mesma porcaria, e, cada vez, fazendo pior a porcaria.

Juca Kfoury* Como você vê a longevidade de Bolsonaro?

Não tenho condições de prever, porque está tudo tão caótico, e as coisas não têm fundamento, não têm base. A gente vive uma situação que não tem um mínimo de lógica, indispensável para que você possa diagnosticá-la ou, pelo menos, compreendê-la. Não se compreende nenhum aspecto da atualidade brasileira.

Maria Inês Nassif* Como você explica a emergência tão forte e dominante da milícia na política do Rio?

A milícia, como toda força que toma conhecimento de que força é poder, entra na política e começa a praticar influências, infiltrações... E isso é uma forma de relação política. Não vejo nada de muito original nisso, aconteceu em um monte de países. É assustador, porque a quantidade de armas que há e a infiltração da criminalidade nas polícias é gigantesca. E quando você pensa em uma alternativa particular e localizada a isso, como no caso da Marielle, de federalizar a investigação, você vai cair no Moro, que é político e está de olho na eleição presidencial; vai cair no delegado Igor Romário de Paula, que dirige a seção de crime organizado, foi propagandista do Aécio na campanha de 2014 e nunca ninguém na Polícia Federal ou no Judiciário foi capaz de enquadrá-lo. Isso prova que não há alternativa para essa situação de influência da milícia e de outras forças na polícia.

Paulo Zocchi Isso está ligado a uma herança do regime militar? A falta de apuração dos crimes do porão afetou as instituições de Estado?

Isso é parte da decadência cultural e social do Brasil. Com um aspecto institucional. E isso é decorrência de um período que exterminou a política, alijou, pela vontade dos próprios políticos, os que tinham cabeça para pensar política e pensavam também no país. Aí se encontra mais que a impressão digital da ditadura, encontra-se a substância da ditadura, embora não só dela, também do que vieram a ser os fatores da degenerescência, entre os quais a decadência da própria imprensa. Um exemplo é o Aécio Neves, uma figura endossada e endeusada pela imprensa. Por mais que você não pudesse ser desmentido, não adiantava escrever que o Aécio não era aquela figurinha simpática e inocente que a imprensa via nele. Era um bandido como outro qualquer, protegido pelo Judiciário mineiro e federal, pelos jornais que nunca deram até agora destaque ao que ele fez – o eixo do impeachment e da derrubada da Dilma, o eixo de toda a operação com o Eduardo Cunha. E assim como o Aécio, um monte de gente.

Mário Magalhães Você tinha coluna diária na Folha. Hoje, tem só aos domingos. Foi uma iniciativa tua essa diminuição?

Até quatro por semana, foi. O Otavio [Frias Filho, dono do jornal e diretor de redação] queria que eu publicasse também às segundas-feiras. Aí, seriam sete colunas por semana. O tipo de coluna que eu fazia era muito informativa, com informações exclusivas, muito quentes e problemáticas. Aquilo me exauriu. Eu começava a trabalhar muito cedo, o primeiro jornal chegava em casa em torno de 6 horas da manhã, e era por essa hora que eu começava a trabalhar. Infinitos telefonemas todo o dia, ia para cidade encontrar pessoas, aeroporto... trabalhei muito naquele tempo. Aí, eu não só não topei fazer na segunda-feira, como consegui baixar, porque não dava mais para fazer seis dias. Para cinco dias, e depois para quatro, foi desejo meu. Para três, não. Para dois, não. E para um, não.

Paulo Zocchi Você já teve algum tipo de militância política?

O que você entende por militância política? Estar em um partido? Não, de partido nunca fui e nunca serei. Mas militância, durante a ditadura, eu tive bastante. Tive contato e colaboração, e coisas do gênero, com vários dos movimentos, dos grupos

de ação. Eu era amigo do Mário Alves, do Marighella. Tive contato com o pessoal de uma corrente muito avançada da Igreja Católica, embora não houvesse ligação religiosa. Teve o Apolônio – gostava muito dele –, o Brizola...

Paulo Zocchi Depois de mais de 65 anos de jornalismo, você vê incompatibilidade entre militância política e o trabalho do jornalista?

Depende qual a função jornalística a ser desempenhada, do quanto de ética o jornalista empenhe no exercício profissional, depende de uma porção de fatores. Eu não tenho uma resposta acabada. Não acho que seja o mais fácil e nem recomendaria, mas pode acontecer de uma pessoa não transformar o jornalismo no seu instrumento de militância. Mais o grave é o oposto. É o cara que não tem nenhuma ligação explícita, mas age como se tivesse. Age como propaganda do Fernando Henrique, do Paulo Guedes, do Bolsonaro, principalmente no jornalismo econômico. Isso não é nada incomum, por piores que sejam as consequências.

Mário Magalhães Hoje, sob o governo Bolsonaro, é muito difícil ser jornalista dentro das redações, e mais ainda fora. Como resistir às dificuldades para exercer esse serviço de utilidade pública ao qual você se referiu?

Genericamente, o jornalista pode batalhar por algumas correções que estão ao alcance dele para tornar os veículos mais eficientes na oferta ao cidadão de instrumentos para praticar a sua cidadania. Por exemplo, melhorar a quantidade de informação útil, um conceito que eu usava no tempo em que eu pensava o jornal, informação que podia estar no jornal e enriqueceria e não empobreceria. Ao contrário da informação leviana e dispensável. O número de informações úteis em um jornal e na internet hoje é muito baixo. Eu estive escrevendo um negócio que se chamava “O Jornal Contra o Leitor”, mas parei, e agora penso em retomar. O importante sobre o Congresso Nacional não é o que se publica, essa coisa partidária; isso é notícia insignificante, não muda nada. O importante está nas comissões técnicas. Nenhum jornalista de política em Brasília cobre as comissões, que é o que eu queria todos os dias quando lia jornal. É ali que se decide 50% de tudo. Ali, os bons projetos se modificam, morrem, e um mau projeto pode ser corrigido, um bom projeto pode suscitar uma campanha popular que não vai acontecer porque ninguém noticiou nada do que se passa. É ali que saem as brigas, as negociações. É algo da maior importância. ■

* Perguntas levadas pelos entrevistadores.
P.S.: O *Unidade* agradece ao jornalista Mário Magalhães pelo apoio no Rio de Janeiro e pela participação na entrevista.

SINDICAL



CLÁUDIO SOARES

Manifestação realizada em maio de 2019, no centro de São Paulo, contra a extinção de estatais paulistas

Sindicato em defesa do *Diário Oficial*

Entidade cobra definição sobre o futuro dos jornalistas da Imprensa Oficial

por Cláudio Soares

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp), fundada em 1891 para editar o *Diário Oficial* do Estado, teve seu fim decidido pelo governo do Estado. Até abril de 2021, deve estar completo o processo de sua incorporação à Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodesp), definida pelo governo de João Doria (PSDB).

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) esteve à frente de mobilizações em defesa da estatal, com entidades representativas dos demais trabalhadores da Imesp e de outras estatais ameaçadas de extinção, mas a Assembleia Legislativa aprovou em 2019 o projeto do governo que definiu a medida.

Neste momento, a Imesp recebe inscrições de funcionários interessados em aderir ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI) lançado pela empresa. Com a incorporação no horizonte, muitas atividades serão encerradas, o que levará à diminuição no número de trabalhadores.

Nosso Sindicato manifestou-se contra o PDI, que obriga os aderentes a dar quitação plena e irrevogável de seus direitos trabalhistas e não assegura ganhos financeiros significativos. Em plebiscito realizado com os trabalhadores elegíveis ao plano, porém, uma larga maioria aprovou a posição de que os sindicatos dessem anuência ao PDI, o que ocorreu.

O resultado da consulta, na verdade, decorre de um processo de desmonte da Imesp que se desenvolve há anos, por obra dos sucessivos governos estaduais. Não houve investimentos na renovação de pessoal, e o último concurso público para contratação de funcionários aconteceu há mais de uma década. Atualmente, parte dos empregados está em condições plenas de aposentadoria, anseia por sair da empresa e, há tempos, esperava um plano de demissão voluntária.

Nessa situação, o futuro dos jornalistas

que editam o *Diário Oficial* é uma incógnita. O SJSP, que tem uma posição histórica de defesa da Imprensa Oficial como empresa pública de comunicação, cobra de sua direção uma definição quanto ao trabalho desses jornalistas.

Instrumento de cidadania

O *Diário Oficial*, principal produto da Imesp, é um instrumento fundamental de cidadania numa sociedade democrática, ao permitir o acesso da população a decisões das autoridades estaduais. Assim, os cidadãos podem acompanhar e fiscalizar a ação dos governantes. Essa publicidade (no sentido de tornar público) exige o trabalho profissional, em particular dos jornalistas, para que os atos sejam editados e publicados de forma correta (*leia ao lado*).

O próprio *Diário Oficial* tem sido alvo de progressivo desmonte. Houve significativa redução no número de profissionais que atuam na edição dos atos oficiais. O jornal deixou de ter sua circulação impressa, não sendo mais distribuído aos órgãos públicos que atingia, o que, obviamente, restringe o acesso a seu conteúdo. As páginas editoriais, que apresentavam reportagens e outras matérias jornalísticas sobre as atividades de órgãos do Estado, deixaram de ser produzidas em 2018.

A atividade dos jornalistas tem relevância social, que o Estado deveria assegurar. O site da Imesp indica nestes termos a missão da empresa: “Garantir à sociedade o acesso democrático às informações de interesse público – setor público e privado – e dar publicidade aos atos dos três poderes, dando transparência à administração pública e assegurando a perenidade e autenticidade dos dados publicados”.

Isso vale para os atos oficiais formais e também para reportagens e notícias a respeito da atividade dos entes públicos. Assim como há uma demanda por livros de relevância cultural, que as editoras co-

merciais não têm interesse em publicar, há também interesse por informações de interesse público, não abrangidas pela imprensa privada. As reportagens sobre as atividades da administração estadual, realizadas até 2018, ampliavam o acesso social a essas informações.

Além disso, por ser uma empresa do Estado, a Imesp assegurou historicamente não apenas a publicação, mas também a perenidade e a autenticidade dos atos governamentais e de informações de entes privados de interesses da sociedade (tais como balanços das empresas). O que está no site da Imesp fica preservado.

Sem publicidade legal

A Lei Federal 13.818, sancionada por Jair Bolsonaro em abril de 2019, já trazia consequências sérias para a Imesp, ao modificar as normas para publicações legais obrigatórias de empresas, como editais e balanços, nos diários oficiais dos Estados e da União. As receitas dessa publicidade legal constituem o grosso do faturamento da Imesp.

A nova legislação introduziu duas mudanças básicas na chamada Lei das S/A (6.404/1976). De imediato, ampliou o leque de companhias que não precisam mais publicar as suas informações nos diários oficiais. E, a partir de 2022, as empresas que continuarão obrigadas a divulgar os dados não o farão mais em órgãos oficiais, e sim em jornais de grande circulação.

A medida acaba, portanto, com a obrigatoriedade da publicação legal em veículos nos quais o caráter público e permanente é uma garantia de perenidade da informação. No caso da Imesp, essa mudança traz redução brutal de receitas, mas, por obra de Doria, agora a própria empresa deixará de existir. ■

Cláudio Soares é editor na Imesp desde 1995 e integra a atual diretoria do SJSP.

TRABALHO JORNALÍSTICO É NECESSÁRIO

Tecnocratas da Imprensa Oficial (Imesp), interessados apenas em diminuir custos, dizem não ser necessário o trabalho de jornalistas no *Diário Oficial*, pois a responsabilidade pelo que sai publicado seria exclusivamente da secretaria ou órgão estadual que envia o ato para publicação. Para eles, pouco importa se o texto é compreensível ou não para o público. Há anos, trabalham na busca de um sistema de automação que elimine a necessidade de edição jornalística.

Se os tecnocratas se dessem ao trabalho de ler o Decreto 42.224/1997, que regulamenta as publicações no *Diário Oficial*, veriam que seu artigo 6º já indica quais são os atos publicados obrigatoriamente na íntegra (leis, decretos e atos de caráter normativo ou geral, entre outros) e aqueles que devem ser publicados em resumo (atos de caráter individual, licenças, contratos e convênios, entre outros). A própria Constituição do Estado, no artigo 112, trata dessa questão, e prevê que “a publicação dos atos não normativos poderá ser resumida”.

Não há dúvida de que o responsável pelo teor do ato é a autoridade que o emitiu. Os editores da Imesp não interferem em seu conteúdo, mas realizam a adequação do texto às normas de publicação definidas no decreto, para organizar as informações e apresentá-las de maneira que o acesso a elas seja facilitado. Esses jornalistas são os profissionais qualificados para editar os atos, resumindo-os ou organizando-os, sem alteração do conteúdo. Trata-se de atividade especializada, que exige, além de formação jornalística, conhecimentos específicos relacionados às publicações oficiais. É um trabalho que, para a preservação da cidadania, tem de ser mantido e reforçado.

FOTOJORNALISMO



No México, o menino de sete anos de idade e a mulher que empurra seu filho em uma cadeira de rodas estão entre os milhares de migrantes que rumam em caravana, no final de 2018, da América Central na direção dos Estados Unidos

© Ueslei Marcelino

Todos os brilhos e horrores da vida

por Toni Pires

A Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de São Paulo (Arfoc-SP) apresenta desde fevereiro a sua 14ª mostra anual de fotojornalismo. O local escolhido é o Conjunto Nacional da Avenida Paulista.

Acreditamos que o jornalismo não serve apenas para alimentar as pessoas com “informação”. Deve criar pontes, estimular o debate e colocar as pessoas mais perto da realidade do mundo.

No tenso momento que o Brasil atravessa, em que a imprensa sofre sistemáticos ataques por parte das instituições que deveriam apoiar e fortalecer o trabalho de uma imprensa livre, a Associação acredita ser de grande relevância levar à população uma mostra dos fatos mais importantes que ocorrem em nosso país.

Neste ano, mudamos o processo e abrimos espaço para que os fotojornalistas apresentassem ensaios fotográficos, podendo contar melhor histórias importantes e relevantes.

Também estamos homenageando Ueslei Marcelino, que ganhou o primeiro Pulitzer e foi escolhido, pelo segundo ano consecutivo, o melhor fotógrafo de agência no mundo.

Os trabalhos mostram a força e a garra de profissionais que se arriscam para levar até o leitor imagens precisas de acontecimentos importantes da nossa sociedade.

A escolha de expor nos corredores do Conjunto Nacional é em razão da grande circulação de pessoas, dos mais variados segmentos da sociedade, democratizando o acesso a imagens importantes, belas e impactantes.

Por meio da fotografia vivemos todos os nossos gritos. Na procura de leveza e consistência de gestos. Acumulamos como resultado a mais simples combinação entre mecânico-criativo e criação emocionada. É mais que registro, é a arte da vida, com todos os brilhos e horrores. ■



Os ministros Sergio Moro (Justiça) e Paulo Guedes (Economia) participam, com o presidente Jair Bolsonaro, de cerimônia em Brasília, em 15/10/2019 © Gabriela Biló



Totomai Yawalapiti navega no Parque Nacional do Xingu, em São Félix do Araguaia (MT), em 10/6/2019 © Ricardo Stucker



Sob o Minhocão, em São Paulo, pessoas em situação de rua e mural do artista Guiles, em 23/7/2019 © Marcelo D. Sants



Na São Paulo Fashion Week, modelo Tales Cotta passa mal e cai, morrendo logo após © Rahel Patrasso



Entregadores de comida por aplicativos descansam em São Paulo, em 13/9/2019 © Tiago Queiroz

BOLETIM



● Acesse via
QRCode a íntegra
das matérias no
site do sindicato.
www.sjssp.org.br

Comissão Paritária reúne sindicato e empresas

Para negociar condições de trabalho específicas a cada segmento da categoria, o Sindicato inicia discussões nas comissões paritárias com os sindicatos patronais.

● <http://bit.ly/2PdUDhk>

Acaba o prazo para a Abril pagar demitidos

Terminou em 17 de fevereiro o prazo de pagamento dos créditos trabalhistas de até R\$ 350 mil dos demitidos da Editora Abril.

● <http://bit.ly/PrazoAbril>

EBC-SP sofre com enchente

Sindicato, Fenaj e Comissão de Empregados da EBC reuniram-se com a empresa para tratar da autorização para a realização de teletrabalho devido às fortes chuvas que alagaram a praça de São Paulo.

● <http://bit.ly/2SITy9l>

Funcionários da RTV Cultura ainda sem reajuste

Salários na Fundação Padre Anchietta estão congelados há seis anos. Jornalistas e radialistas iniciarão a Campanha Salarial.

● <http://bit.ly/2Oat6fs>

Sindicato denuncia violência contra jornalistas

O SJSP e a Fenaj repudiaram a atuação da PM paulista que agrediu profissionais de imprensa durante as manifestações contra o aumento na tarifa de transporte.

● <http://bit.ly/306erY4>

SJSP repudia denúncia contra Glenn Greenwald

O Sindicato apoia a nota da Fenaj e considera a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o jornalista Glenn Greenwald um ataque à liberdade de imprensa e ao exercício do jornalismo.

● <http://bit.ly/2TTJSDP>

RESENHA

Ocupação inspira novo romance de Julián Fuks

Por João Luiz Marques

Certa vez, o escritor Ricardo Lísias, em bate-papo numa livraria de São Paulo, respondendo a perguntas da plateia, explicou que o que ele faz não é autoficção. Apesar da insistência do moderador do encontro, apoiado pelos meus protestos e, ainda, a suspeita pelo fato de o personagem principal de seu romance ter seu nome, Ricardo Lísias, ele argumentava, recorrendo a teóricos da literatura, que o que escreve é apenas ficção. Essa questão aparece no terceiro e mais recente romance de Julián Fuks, *A ocupação* (*Companhia das Letras*, 134 págs.), e também em seus dois primeiros, *Procura do romance* e *A resistência*, que têm como narrador seu suposto alter ego, Sebastián. Mas este autor parece aceitar tranquilamente essa classificação, como mostra um trecho de seu novo livro, o diálogo entre o personagem e seu pai:

“Pai, eu vou ter um filho.

Que notícia linda, Julián. Obrigado por me dizer.

Obrigado a você, pai. Mas aqui você me chama de Sebastián.”

Polêmicas à parte, essa é uma questão menos importante e não vou gastar mais tempo – ou toques, dos três mil a que tenho direito – com essa discussão.

Doutor em Literatura pela USP, Julián Fuks é jornalista por formação e trabalhou

na *Folha de S. Paulo*. No seu *Procura do romance*, um escritor (Sebastián) em crise, envolvido no penoso processo de escrever um livro, visita a origem dos pais, argentinos, exilados no Brasil em 1977. No outro, *A resistência*, que ganhou dois prêmios Jabuti e foi segundo colocado do Oceanos, o mesmo Sebastián faz exame do passado, conta a história de seus parentes, a partir do irmão mais velho, adotado na Argentina, cria um enredo familiar e mostra o drama daquele país, depois do golpe de 1976. Antes dos romances, publicou o livro de contos *Fragmentos de Alberto, Ulisses, Carolina e Eu*, gênero que o levou a ser eleito, em 2012, pela revista *Granta*, um dos melhores escritores brasileiros com menos de 40 anos.

Já em *A ocupação*, lançado no final de 2019, diferentemente dos dois primeiros romances, Fuks trata de temas atuais. Resultado de projeto de residência artística na ocupação do Hotel Cambridge, o autor traz para a sua história personagens militantes do movimento por moradia, em São Paulo, como Carmem Silva e Preta Ferreira, além dos refugiados Najati (sírio), Ginia (haitiana) e Demetrio (peruano). A narrativa é composta por mais dois planos interrelacionados, que revelam os conflitos do protagonista e reforçam suas preocupações: a paternidade, já que, depois de anos junto da mulher, o casal resolve ter um filho; e a doença do pai do narrador, internado em estado grave num hospital, e a quem o autor dedica o livro.

Mia Couto participa desse projeto, orientando o trabalho de Fuks. Essa relação está registrada no livro, na troca de correspondências entre o escritor moçambicano e o narrador/autor, destacando ainda mais o viés da autoficção.

“Se quer entender este lugar, melhor esquecer as trajetórias pessoais, as vidas particulares. Se quer entender este lugar, melhor não perder de vista a coletividade, melhor se juntar a nós na luta.” ■

DICAS DE LEITURA

Filha do fogo: 12 contos de amor e cura

Elizandra Souza – Mjiba, 96 págs

Ativista com ênfase na difusão do jornalismo cultural da periferia, seu novo livro reúne 12 contos alinhando memórias e heranças ancestrais.

O homem que aprendeu o Brasil: a vida de Paulo Rónai

Ana Cecilia Impellizzeri Martins

Todavia, 384 págs.

Em 1941, vindo de Budapeste, jovem judeu chega ao Brasil, fugido da perseguição nazista, aprende português sozinho e se torna um dos grandes intelectuais do século 20.

Cáspér Líbero – jornalista que fez escola

Dácio Nitri – Terceiro Nome, 208 págs.

Personagem controverso, Cáspér Líbero passou por duas revoluções, exílios, Segunda Guerra e duas tentativas de derrubar Vargas – a quem apoiou depois, de olho na sobrevivência do jornal *A Gazeta*.

Escravidão

Laurentino Gomes

Globo Livros, 504 págs.

Do primeiro leilão em Portugal até a morte de Zumbi, primeiro volume de uma trilogia, resultado de 6 anos de pesquisas, em viagens por 12 países e 3 continentes.

Existe democracia sem verdade factual?

Eugênio Bucci

Estação das Letras e Cores, 135 págs.

Autor dialoga com o pensamento de Hannah Arendt, discute o conceito de verdade factual e demonstra que, sem a verdade objetiva e verificável, não há democracia.

AGENDA

DEBATE

RICARDO ANTUNES E ROSELI FÍGARO DISCUTEM PRECARIZAÇÃO NO SINDICATO

Os professores Ricardo Antunes, da Unicamp, e Roseli Fígaro, da ECA-USP, debatem a precarização da profissão de jornalista em 15 de abril, às 19h, na sede do Sindicato. O evento marca o 83º aniversário do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Sociólogo, Ricardo Antunes é um dos maiores especialistas no Brasil sobre a realidade atual das relações de trabalho. A jornalista Roseli Fígaro é autora de estudo sobre “arranjos alternativos” de trabalho

na categoria dos jornalistas, ou seja, as formas práticas que as relações de trabalho assumem quando o profissional não tem vínculo empregatício. Será abordada recente pesquisa do perfil da categoria produzida pelo Dieese e publicada no *Unidade*. A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE apurou cerca de 40 mil pessoas no Estado que se declaram jornalistas, e o Rais (relatório feito com base nos registros das empresas) mostra que apenas 13.600 jornalistas em São Paulo possuem registro em carteira. O debate terá ainda a participação de Paulo Zocchi, presidente do Sindicato.

A atividade inicia a preparação do próximo Congresso Estadual dos Jornalistas, previsto para o mês de junho.

JORNALISMO

REPÓRTER DO FUTURO CELEBRA DIA DO JORNALISTA

Inspirado pelo princípio de que sem jornalismo não há democracia, o Projeto Repórter do Futuro e os centros acadêmicos das faculdades de jornalismo da USP, da PUC-SP e da Cáspér Líbero comemoram, em 4 de abril, o Dia do Jornalista, com uma jornada de formação e debate no auditório Freitas Nobre, da Câmara Municipal de São Paulo.

Na parte da manhã, o evento reunirá estudantes que tenham interesse em participar do projeto. Depois, haverá um intervalo para o lançamento de livros de

jornalistas e uma confraternização entre os futuros jornalistas e as entidades que os representam, em alusão ao Dia do Jornalista, celebrado em 7 de abril.

A parte da tarde contará com o seminário “Ensino, Aprendizado e Perspectivas Profissionais”, organizado pelos centros acadêmicos, que abordará a recente pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo com o perfil da categoria (veja na edição anterior do *Unidade*), demonstrando a grande presença de jovens nas redações, bem como a redução no número de vagas no segmento de jornais e revistas.

Inscrições no site: <https://obore.com/projeto-reporter-futuro>

CRÔNICA

Jornalismo ontem, hoje e amanhã*

por Ricardo Kotscho

Tempos atrás, participei de um debate ao lado do Luis Fernando Verissimo, um grande sábio, tanto na economia como na precisão das palavras.

Quando o chamaram para falar, disse apenas: “Meu nome é Luis Fernando Verissimo. Sou jornalista e escritor. Podem fazer as perguntas...”

Deu um branco na plateia, que ficou no maior silêncio, até que alguém criou coragem para fazer uma pergunta.

Pensei em fazer o mesmo aqui, mas gostaria de dizer apenas duas ou três coisas sobre esse nosso ofício através dos tempos.

Eu sou um jornalista de ontem, que hoje ainda trabalho de domingo a domingo para fazer um blog, sem me preocupar muito com o futuro, que a Deus pertence.

Nestes meus 55 anos de estrada na reportagem, mudou tudo, e já decretaram muitas vezes o nosso fim.

Mas com toda parafernália tecnológica que temos hoje, em mil plataformas, em que todos são ao mesmo tempo emissores e receptores de informações, só não mudou a natureza do jornalismo: contar o que está acontecendo.

Somos e seremos apenas isso: contadores de histórias dos outros. Com textos, fotos e vídeos, fazemos o rascunho da história do nosso tempo.

Para mim, não faz diferença trabalhar em jornal, revista, internet ou televisão. Já

fiz de tudo em diferentes funções e mídias, menos trabalhar em circo. E faço sempre do mesmo jeito, do meu jeito. Tem dado certo.

O importante é ter tesão no que fazemos, fazer com prazer, acreditar que podemos melhorar a vida das pessoas com o nosso trabalho.

É relatar os fatos e perfilar os personagens com honestidade e simplicidade, surpreender o público com algo inédito, que o faça rir ou chorar, e até pensar, de vez em quando.

Tanto faz se estou escrevendo um livro para crianças ou adultos, um texto para programa de humor ou um discurso de político, eu preciso transmitir algo que desperte o interesse e possa ser útil para a vida das pessoas.

Se, além disso, for possível mudar o mundo – o sonho de todo foca – melhor ainda.

Por isso, nunca deixem de ser focas. O repórter é antes de tudo um curioso, um perguntador, um cara permanentemente insatisfeito com o que já fez. Quer sempre fazer algo melhor.

Para quem não veio ao mundo a passeio, mas a serviço, não existe profissão mais apaixonante.

Ganhar prêmios e ser reconhecido é bom, mas apenas um detalhe, que nos impulsiona a querer mais e a descobrir novas histórias ainda não contadas.

Essa profissão nunca vai acabar, por mais robôs que inventem. É a boa e velha reportagem exclusiva que ainda faz a diferença entre um veículo e outro, desde os tempos de Gutenberg, aquele alemão que há mais de 500 anos inventou a imprensa.

Os trabalhos inscritos no Prêmio UOL de Conteúdo, do qual fui jurado, são uma boa prova disso. ■

* Fala preparada para a apresentação do Grande Prêmio UOL de Conteúdo 2020, compartilhada com o Unidade.



COLUNA DO JUCA

Prêmio Cláudio Marques

Por Juca Kfoury

O PREÇO A PAGAR NA BIOGRAFIA DE CADA DEDO-DURO É SABIDAMENTE TERRÍVEL. BASTA VER COMO ESTÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL O MÁRTIR VLADIMIR HERZOG E O DELATOR CLÁUDIO MARQUES.

Em tempos de delações premiadas, nos quais delatar virou sinônimo de liberdade para criminosos que inventam histórias para se livrar da cadeia, não apenas os Palocis da vida e seus empreiteiros amestrados se valem do instrumento.

Comunicadores em diversos meios à extrema-direita re-produzem quase sem tirar nem pôr aquilo que era feito em 1975, com a diferença de que, então, vivíamos sobre férrea e assassina ditadura.

Se naquela época tínhamos a triste figura de Cláudio Marques, hoje temos gente que usa microfones e textos para fazer listas de intelectuais, artistas e jornalistas que consideram de esquerda e que devem ser boicotados, prato cheio para disseminar contra os listados o ódio bolsominion nas redes sociais. Até Delfim Netto apareceu numa delas, tempos atrás.

Cláudio Marques, para quem não sabe, tinha uma coluna num jornal dominical gratuito chamado *Shopping News* e nela chamava o DOI-Codi, a delegacia da polícia política na rua Tutóia, onde se torturava e matava oposicionistas, de Tutóia-Hilton – assim como houve quem chamasse de sala vip o cubículo em que Lula esteve preso por 580 dias, na Polícia Federal de Curitiba.

Marques capitaneou terrível campanha difamatória contra os jornalistas da Rádio e TV Cultura, que ele chamava de Viet-Cultura, em alusão ao comunista Vietnã do Norte, e foi fartamente responsável pela prisão do jornalista Vladimir Herzog.

É claro que não vivemos sob ditadura como à época e que as condições da prisão de Lula foram bem diferentes das do DOI-Codi. Mas o DNA dos dedos-duros é o mesmo e quem os abriga entrará para a história do Brasil assim como ficou marcada a infame existência do *Shopping News*. Porque nem a polícia respeita o alcaguete, por mais que se aproveite da alcaguetagem.

E se o prêmio para os que surfam nas ondas radiofônicas, nas imagens, e lamentáveis colunas impressas ou digitais, equivale em benesses dos poderosos de plantão aos Palocis e Cia, o preço a pagar na biografia de cada dedo-duro é sabidamente terrível. Basta ver como estão na história do Brasil o mártir Vladimir Herzog e o delator Cláudio Marques.

Vivêssemos um clima mais ameno, menos odiento e intolerante, seria até o caso de lançar o prêmio Cláudio Marques para eleger, por meio de votação dos jornalistas pelo país afora, os merecedores de tamanha honraria. ■

CIDADE

PRAÇA VLADIMIR HERZOG: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

“Há três lugares na cidade que têm o nome Vladimir Herzog: o centro de convivência dos estudantes da ECA, o auditório do Sindicato dos Jornalistas e esta praça”, disse ao *Unidade* o jornalista Sérgio Gomes, da Oboré.

Inaugurada em 2013, próxima à Câmara Municipal, a praça é, para Sérgio, uma das poucas praças vivas da cidade, e conta hoje com três obras do artista plástico Elifas Andreato em memória a Vlado.

No entanto, falta ao projeto original a instalação de uma placa com o nome de todos os jornalistas vencedores do Prêmio

Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, existente desde 1979, e a relação dos 1.004 jornalistas que assinaram, em 1976, o manifesto “Em nome da Verdade”, que contesta a versão do Exército de que Herzog havia se suicidado. Há ainda a previsão de instalação na praça de um luminoso na Banca dos Jornalistas, uma galeria fotográfica na passarela do Terminal Bandeira, um mosaico com personagens da história feita por Paulo Caruso, a concepção e a instalação do painel Pombas da Paz, a implantação de sessões de cinema ao ar livre na parte de trás da banca e a realização do nivelamento da praça por parte da Subprefeitura da Sé. “Lutar por tudo isso é uma forma de resistir contra a opressão”, afirma Sérgio.

CARTAS

Parabéns a toda a equipe pela reformulação do *Unidade*.

A começar pela mudança de papel. O papel jornal tem tudo a ver com o jornalismo. E principalmente pela reformulação e ampliação do projeto editorial.

Vicente Wissenbach, jornalista sindicalizado

Olá, chegando ao final de 2019, é justo agradecer pelo fiel envio do *Unidade*, o órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Parabéns pelos artigos sempre pertinentes relativos aos queridos jornalistas, sempre unidos reivindicando seus direitos.

Feliz Natal, perseverando na Unidade 2020.

Werner Antônio Anderer, jornalista sindicalizado MS 4.118

Também quer se manifestar e mandar sua opinião sobre o jornal *Unidade*?

Escreva para unidade@sjsp.org.br



TRAÇO LIVRE | por Rafa Campos



E AÍ, PESSOAL!? ESPERO QUE TENHAM SE DIVERTIDO NA TAL DEMOCRACIA LIBERAL, PORQUE

A DITADURA MILICIANA VEM AÍ!

AFINAL, QUEM PODERIA IMAGINAR QUE UM CARA QUE ELOGIA A DITADURA E AGE COMO UM DITADOR FOSSE UM DITADOR, NÃO É MESMO?!



SE O TRUMP NÃO GOSTAR DESSE PENTEADO VOU TE MANDAR PRA PONTA DA PRAIA, TÁOQUEI?

AS PESSOAS ESTAVAM TRANQUILAS, PROVAVELMENTE POR CONTA DE NOSSAS INSTITUIÇÕES SÓLIDAS E CENTENÁRIAS!

NOSSO TRABALHO AQUI ACABOU. O MINISTÉRIO DO ESPORTE NÃO EXISTE MAIS.



MAS A GENTE NEM TINHA TERMINADO DE PINTAR!

ALGUNS JORNAIS VÃO SE ESTAPEAR PARA DECIDIR QUEM VAI SER O PORTA-VOZ DA NOVA DITADURA.

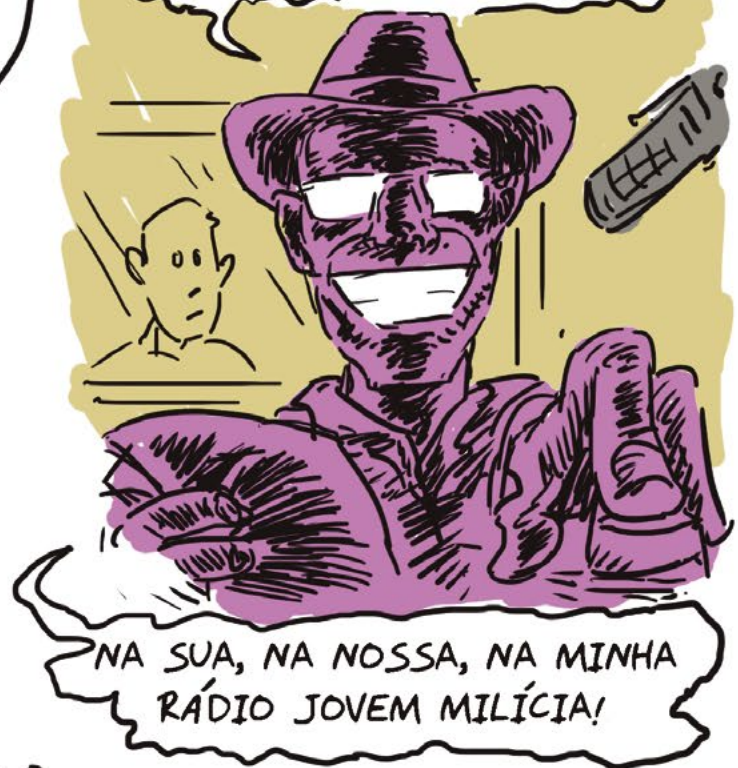
ACHA QUE "FOLHA MILICIANA" VAI FICAR MUITO NA CARA?

O PESSOAL DO "JORNAL DA MILÍCIA" VAI PROCESSAR A GENTE POR PLÁGIO!



ALGUMAS RÁDIOS EMBARCARÃO NESSA DE CABEÇA.

E AGORA, COM VOCÊS, O NOVO SUCESSO DA DUPLA MILÍCIA E FASCISITNHA; "VOU BALEAR SEU CORAÇÃO!"



NA SUA, NA NOSSA, NA MINHA RÁDIO JOVEM MILÍCIA!

RC 20



UMA DITADURA MILICIANA IRÁ REALMENTE DOMINAR O PAÍS? A RESPOSTA PARA ESSAS E OUTRAS PERGUNTAS EM NOSSO PRÓXIMO EPISÓDIO: A DITADURA MILICIANA DOMINA O PAÍS!